

CAPÍTULO 7

RAZÃO COMO APOIO A VERDADES DE FÉ: SANTO TOMÁS DE AQUINO (1225-1274)

Todo efeito possui, a seu modo, uma certa semelhança com a sua causa, embora o efeito nem sempre atinja a semelhança perfeita com a causa agente. No que concerne ao conhecimento da verdade de fé – verdade que só conhecem à perfeição os que vêem a substância divina – a razão humana se comporta de tal maneira, que é capaz de recolher a seu favor certas verossimilhanças.

Santo Tomás de Aquino

Descendente da nobreza (seus pais são descendentes dos condes de Aquino), nasceu em Nápoles em 1225 e morreu, em 1274, em Campânia, não muito longe da cidade natal. Iniciou seus estudos na Itália, tendo se transferido, posteriormente, para Paris, onde atuou como professor. Viveu em uma época em que as estruturas feudais já estavam estabelecidas e num momento de intensificação do comércio, em que o intercâmbio entre povos facilitou o acesso a obras até então desconhecidas, principalmente via traduções árabes.

Além das obras aristotélicas, que marcaram profundamente seu pensamento, identificam-se influências de Santo Agostinho, Alberto Magno (seu professor) e Platão. Não se pode esquecer também as Sagradas Escrituras como fonte constante na elaboração de suas idéias.

Algumas noções caracterizam sua obra: a relação que estabelece entre razão e fé, as concepções de finalidade, de causalidade e de potência-ato. Santo Tomás distingue a Filosofia da Teologia, em função de seu objeto de estudo: cabe à Filosofia preocupar-se com as coisas da natureza, utilizando-se da razão como instrumento de fundamentação; cabe à Teologia preocupar-se com o sobrenatural, cujo instrumento é a fé. Nesse sentido, existe uma delimitação de campos: o referente à razão e o referente à fé, sendo possível chegar ao conhecimento, nos dois casos. Se a separação entre os objetos de estudo da Filosofia e da Teologia torna razão e fé independentes entre si,

Santo Tomás acaba conciliando-as ao admitir ser possível fundamentar verdades da fé por meio da razão. A conciliação fé-razão expressa-se nas provas da existência de Deus: por intermédio de argumentos racionais que têm por premissas a observação da realidade, Santo Tomás procura provar a existência de Deus.

Considerando que Deus se revela na sua criação, procura, por meio do que considera manifestações (efeitos) da obra divina, chegar à prova de Sua existência (causa dos efeitos). Tomás de Aquino propõe cinco provas da existência de Deus, a partir: 1) do movimento identificado no universo; 2) da idéia de causa em geral; 3) dos conceitos de necessidade e possibilidade; 4) da observação de graus hierárquicos de perfeição das coisas; e 5) da ordem das coisas.

1) Deus existe porque existe movimento no Universo. Observa-se, no mundo, que as coisas se transformam. Todo o movimento tem uma causa, que é exterior ao ser movido. Sendo cada corpo movido por outro, é necessário existir um primeiro motor, não movido por outros, responsável pela origem do movimento. Esse primeiro motor é Deus.

2) Deus existe porque, no mundo, os efeitos têm causa. Todas as coisas no mundo são causas ou efeitos de algo, não podendo uma coisa ser causa e efeito de si mesma. Assim, toda causa causada por outra leva à necessidade da existência de uma causa não-causada. Essa primeira causa é Deus.

3) Deus existe porque observa-se, no mundo, o aparecimento e o desaparecimento de seres. Se todas as coisas aparecem ou desaparecem, elas não são necessárias, mas são apenas possíveis. Sendo apenas possíveis, deverão ser levadas a existir num dado momento por um ser já existente. Esse ser existente e necessário por si próprio, que torna possível a existência dos outros seres, é Deus.

4) Deus existe porque há graus hierárquicos de perfeição nas coisas do mundo. Dizer que existem graus de bondade, sabedoria... implica a noção de que essas coisas existam em absoluto, o que, inclusive, permite a comparação. A bondade e a sabedoria absoluta (em si) são Deus.

5) Deus existe porque existe ordenação nas coisas do mundo. No mundo, verifica-se que as diferentes coisas se dirigem a um determinado fim, o que ocorre regularmente e ordenadamente. Sendo tão diversas as coisas existentes, a regularidade e a ordenação não poderiam ocorrer por acaso; portanto, faz-se necessário que exista um ser que governe o mundo. Esse ser é Deus.

Se, por um lado, Santo Tomás de Aquino ressalta a importância da razão, seja na produção de conhecimento referente à realidade, seja na demonstração de certas verdades reveladas, por outro lado, limita essa importância e acaba por dar prioridade à fé, quando ressalta que alguns conheci-

mentos revelados (como, por exemplo, a substância de Deus), mesmo não podendo ser demonstrados, continuam verdadeiros, uma vez que advindos da revelação divina, sendo, portanto, superiores aos da razão.

Sobre Tomás de Aquino, diz Bréhier (1977-78):

Conclui-se que nenhuma verdade de fé poderia infirmar uma verdade da razão, ou inversamente. Mas, como a razão humana é fraca, e como a inteligência do maior filósofo, comparada à inteligência de um anjo, é bem inferior à inteligência do campônio mais simples comparada à sua própria, deduz-se que, quando a verdade da razão parece contradizer uma verdade de fé, podemos estar certos de que a pretensa verdade da razão não é senão um erro e que a discussão mais profunda revelará a falsidade. (p. 135)

A noção de finalidade, essencial no pensamento de Tomás de Aquino, está relacionada às noções de causalidade e de ato-potência. Esses conceitos foram propostos originalmente por Aristóteles, cujo pensamento exerceu profunda influência em Santo Tomás; tal influência é percebida nas concepções tomistas referentes ao universo, ao homem, ao conhecimento e, inclusive, nas provas que procura fornecer sobre a existência de Deus.

Segundo Tomás de Aquino, todas as coisas têm certa finalidade no mundo; tanto a planta quanto o homem existem para um determinado fim. Por sua vez, tudo o que existe no mundo passa por um processo de transformação: do ser em potência ao ser em ato. As coisas são o que são por terem, potencialmente, a possibilidade de transformarem-se naquilo que são. Ao transformarem-se naquilo que são, fazem-no em função de um objetivo, de uma finalidade; existe, portanto, uma causa final. Essa transformação da potência em ato permite que se dê uma forma à matéria, e isso se dá por meio da atuação de certos meios. Além da causa final, existem também as causas formal, material e eficiente.

As causas formal, material, eficiente e final, portanto, constituem a noção de causalidade para Santo Tomás, noção essa relacionada, como vimos, à noção mais ampla de finalidade e à de potência-ato. Essas noções permearão o pensamento de Tomás de Aquino no que se refere ao universo, ao homem, a Deus, ao conhecimento, à moral e à política.

Admitindo que tudo tem uma finalidade, Tomás de Aquino admite a ordenação e hierarquização do mundo, pois, apesar da diversidade dos seres, estes têm uma função e certo grau de perfeição dentro do universo.

Assim como estas substâncias (imateriais) dotadas de inteligência superam as outras em grau, da mesma forma é necessário que haja hierarquia de grau entre elas mesmas. Não podendo diferenciar-se uma das outras em virtude da matéria que não possuem, e sendo que existe pluralidade entre elas, necessariamente a diferença que as distingue provém da distinção formal, que constitui

a diversidade de espécie. Ora, em quaisquer coisas em que reina diversidade específica, cumpre considerar nelas algum grau e alguma ordem.

A razão disto está em que, assim como nos números a adição ou a subtração das unidades variam a espécie da unidade, da mesma forma é pela adição e subtração das diferenças que as coisas da natureza se diferenciam especificamente. Assim, os seres apenas animados distinguem-se dos que, além de animados, são sensíveis, e os que são apenas animados e sensíveis diferenciam-se dos que, além de serem animados e sensíveis, são também racionais. É, pois, necessário que as mencionadas substâncias imateriais se diferenciem entre si por graus e ordens. (Compêndio de teologia, 77, 135)

Ora, não seria razoável dizer que há mais ordem nas coisas produzidas pela natureza criada do que no primeiro agente da natureza (Deus), pois toda a ordem da natureza deriva dele. É evidente, portanto, que Deus criou as coisas em vista de um fim. (Compêndio de teologia, 100, 193)

Os trechos acima evidenciam também a concepção de Santo Tomás sobre a origem do universo: o mundo foi ato da inteligência divina. A criação do mundo deu-se a partir do nada, quando Deus deu origem à forma e à matéria no mesmo instante.

Do que vimos expondo até aqui conclui-se necessariamente que as coisas que só podem ser produzidas por criação procedem diretamente de Deus. É manifesto que os corpos celestes só podem ser produzidos por criação. Pois na verdade não se pode dizer que se originaram de alguma matéria preexistente, visto que, se assim fora, seriam geráveis, corruptíveis e passíveis de mudanças contrárias, o que não acontece, conforme se pode depreender de seu movimento circular. Efetivamente, os corpos celestes caracterizam-se pelo movimento circular, e o movimento circular não admite contrário.

Segue-se, por consequência, que os corpos celestes foram criados diretamente por Deus.¹ (Compêndio de teologia, 95, 179)

A união entre matéria e forma constitui todo o universo; a matéria, comum a todos os corpos, é seu elemento potencial enquanto a forma é o que diferencia os corpos, constituindo-se em seu elemento ativo. De acordo com Giordani (1983), Tomás de Aquino defende que

A essência dos corpos é constituída por dois princípios físicos: matéria-prima e forma substancial. A primeira é o elemento possível, potencial, indeterminado, fundamento da extensão e da multiplicidade, comum a todos os corpos. A segunda é o elemento ativo, fundamento da especificação, diverso para cada

¹ Nesse último trecho ficam claras não só a concepção de Tomás de Aquino acerca da criação do Universo como também as idéias que defendia acerca do movimento dos corpos celestes, idéias essas que viriam a ser refutadas por cientistas de séculos posteriores.

corpo. A matéria e a forma são substâncias incompletas. Na união de ambas a matéria é especificada pela forma. (pp. 88-89)

A união matéria e forma constitui todos os corpos do universo, inclusive o homem; nele, o corpo (matéria) está unido à alma (forma). Na concepção de Santo Tomás, o conceito de alma não é exclusivo do homem, pois outros seres, tais como as plantas e os animais, possuem alma (respectivamente, vegetativa ou nutritiva e sensitiva). A alma humana, no entanto, diferencia-se da dos outros seres por uma potência que lhe é própria: a racional.

Na *Suma teológica*, Tomás de Aquino afirma:

Pois, vemos que as espécies e as formas das cousas diferem uma das outras, como o mais perfeito difere do menos perfeito. Assim, na ordem das cousas, os seres animados são mais perfeitos que os inanimados; os animais, que as plantas; os homens, que os brutos; e em cada um destes gêneros, há graus diversos (...) a alma intelectiva contém, pela sua virtude, tudo o que tem a alma sensitiva dos brutos e a nutritiva das plantas. (LXXVI, III)

No homem, a alma é única, porém apresenta diferentes potências; algumas dessas potências atuam diretamente unidas ao corpo do homem (é o caso das funções nutritiva e sensitiva), enquanto outras (é o caso das funções racionais: intelectiva e volitiva) independem do corpo para atuar.

Segundo Tomás de Aquino, ao ser destruído o corpo, perecem com ele as funções dele dependentes, subsistindo as relativas à alma racional, sendo esta, portanto, imortal. Isso evidencia-se no trecho, a seguir, em que afirma:

Como já ficou dito, todas as potências se comparam com a alma, em separado, como com o princípio. Mas, certas potências se comparam com a alma, em separado, como com o sujeito, e são o intelecto e a vontade; e tais potências necessário é que permaneçam na alma, depois de destruído o corpo. Outras porém, estão no conjunto, como no sujeito próprio; assim, todas as das partes sensitiva e nutritiva. Ora, destruído o sujeito, o acidente não pode permanecer; por onde, corrupto o conjunto, tais potências não permanecem na alma, atualmente, mas só virtualmente, como no princípio ou na raiz. – E, por isso, é falsa a opinião de alguns, que tais potências permanecem na alma, mesmo depois de corrupto o corpo. E muito mais falsamente dizem, que também os actos dessas potências permanecem na alma separada, o que ainda é mais falso, por não haver nenhum acto delas que se não exerça por órgão corpóreo. (Suma teológica, LXXVII, VIII)

A imortalidade da alma é característica do ser humano, pois, embora outros seres possuam alma (plantas e animais), estas perecem juntamente com o corpo, uma vez que dependem dele para exercer suas funções.

Das funções da alma humana, a mais perfeita é a intelectiva; é por meio da atividade intelectiva que se pode chegar ao conhecimento. A con-

cepção que Santo Tomás de Aquino tem sobre o processo de conhecimento deve ser relacionada à discussão feita anteriormente sobre a relação razão-fé.

Como já foi visto, Santo Tomás admite que alguns conhecimentos só podem ser obtidos por meio da revelação divina; ele procura demonstrar a existência de verdades que, sendo objetos de fé, não têm qualquer interferência, seja da razão, seja dos sentidos.

Uma outra conseqüência derivante da revelação sobrenatural consiste na eliminação deste vício que é a presunção humana, presunção que constitui a mãe de todos os erros. Certos homens, com efeito, confiam a tal ponto em suas capacidades, que timbram em medir a natureza inteira com o metro de sua inteligência, estimando verdadeiro tudo o que enxergam e falso tudo o que não enxergam. A fim de que o espírito humano, liberto de tal presunção, pudesse conquistar a verdade com modéstia, era necessário que Deus propusesse à sua inteligência certas verdades totalmente inacessíveis à sua razão. (Símula contra os gentios, cap. 5)

Além das verdades reveladas, Santo Tomás admite ser possível chegar a verdades por uso da razão e dos dados dos sentidos. O conhecimento nesse caso é empírico e racional; é elaborado pelo homem que deve apreender a substância do objeto. Na elaboração do conhecimento conceitual – nome que Santo Tomás atribui a esse conhecimento que não é fruto da revelação divina – estão envolvidos dois momentos: o sensível e o intelectual.

O primeiro momento de elaboração do conhecimento conceitual é a obtenção dos dados por meio dos sentidos; como não possui idéias inatas, o homem só pode chegar ao conhecimento se tiver “matéria-prima” para sua atuação, e essa “matéria-prima” são os dados fornecidos pelos sentidos. O segundo momento é o intelectual, isto é, o momento em que o homem chega às essências, abstrai as coisas, entende conceitos, julga e raciocina.

Para Tomás de Aquino, diz Giordani (1983), os sentidos percebem o concreto em sua mutabilidade, o particular, os acidentes externos das coisas; cabe à atividade intelectual chegar a abstrações e conceitos universais, prescindindo das particularidades e chegando ao conhecimento das essências. Assim, os sentidos, no conhecimento de uma planta, possibilitariam perceber sua cor, textura, tamanho, etc., mas só a inteligência possibilitaria retirar dessa observação o que caracteriza essencialmente a planta e que nos permite identificá-la enquanto tal.

Cumpra ter presente que as formas existentes nas coisas corpóreas são particulares e materiais. No intelecto, entretanto, tais formas são universais e imateriais, o que é comprovado pelo modo de operar da inteligência. Com efeito, compreendemos de modo universal e imaterial. Ora, é necessário que o modo de compreender corresponda às imagens inteligíveis (species intelligibilis),

através das quais opera a inteligência. É necessário, por conseguinte, já que é impossível ir de um extremo ao outro sem passar pelo meio, que as formas inteligíveis provenientes dos seres corpóreos cheguem ao intelecto através de alguns meios. Tais são precisamente as potências sensitivas, as quais recebem as formas das coisas materiais, porém já isentas de matérias: no olho aparece a imagem da pedra, mas não a sua matéria, porém nas potências sensitivas as formas das coisas são recebidas de maneira particular (não universal), pois pelas potências sensitivas só podemos conhecer coisas particulares. Por isso, é necessário que o homem, para poder compreender, esteja dotado também de sentidos.

A prova disto está em que aquele a quem falta um dos sentidos, falta-lhe igualmente a ciência das coisas sensíveis abarcadas pelo respectivo sentido, assim como o cego de nascimento não pode ter conhecimento das cores. (Compendio de teologia, 82, 143)

Da caracterização do processo de conhecimento como a relação entre sentidos e inteligência decorre a noção de verdade postulada por Tomás de Aquino, que consiste na identidade da proposição com o real.

Em consequência, a primeira relação do ente com o intelecto consiste no fato de aquele corresponder a este, correspondência que se denomina assemelhação ou concordância entre o objeto e a inteligência, sendo nisto que se concretiza formalmente o conceito de verdade. (Questões discutidas sobre a verdade, art. I, III)

A “construção” dessa verdade cabe, primordialmente, ao intelecto que, operando segundo regras lógicas, deverá chegar ao conhecimento que tem como fonte os sentidos. Assim atuando, a inteligência estará mantendo correspondência com as coisas do mundo sensível.

Para Santo Tomás, a razão distingue os homens dos outros seres e permite chegar à substância das coisas; é o elemento de mais alto nível da alma humana, constituindo-se na diretriz que deverá orientar, quer a produção de conhecimento, quer as ações humanas do ponto de vista moral e político.

O conceito de vontade deixa claro como, para Tomás de Aquino, a razão é fundamental; a vontade, para ele, é uma potência intelectiva (portanto racional) que não se confunde com os apetites (concupiscência, ira...).

Além disso, na noção de livre-arbítrio, está subjacente o papel da razão: o homem é livre porque racional; o livre-arbítrio é a possibilidade de optar por uma ação por meio dos elementos que o próprio intelecto fornece. Nesse caso, não existe predestinação, o que o diferencia de Santo Agostinho; para Santo Tomás de Aquino, as ações humanas devem buscar o bem, finalidade determinada por Deus, e nesse caminho a razão tem papel fundamental.

As noções de finalismo e busca do bem podem ser identificadas na concepção política de Santo Tomás; para ele, a sociedade deve ter como fim

chegar ao bem comum. De acordo com Frost Jr. (s/d), Santo Tomás defende que, para que isto ocorra, a sociedade deve estar unida, sendo essa a forma de se opor aos inimigos. “Por conseguinte, a monarquia, na qual o poder se acha fortemente centralizado, é, segundo ele (Santo Tomás), a melhor forma de governo, o qual, porém, não deve oprimir seus membros. Não deve haver tirania” (Frost Jr., p. 194).

Ao admitir que o governo é de origem divina, que a legislação do Estado é para o bem do povo e que o governo deve submeter-se à Igreja, Santo Tomás defende uma postura de passividade e obediência da sociedade frente à situação vigente. De acordo com Frost Jr. (s/d.),

É injustificável a rebelião contra o governo. Santo Tomás de Aquino doutrinava que qualquer mudança de governo deve ser procurada pelos meios legais, pois o governo tem origem divina. Se não for possível ao membro obter, por meios legais, reparação por danos e males sofridos, deve deixar a questão a Deus que, no fim, resolverá tudo bem. (pp. 194-195)

Como se observa nos itens até agora desenvolvidos – a noção de universo, de homem, de conhecimento e de aspectos morais e políticos –, a presença de Deus é fundamental para o pensamento tomista, o que não é de se estranhar se atentarmos para o fato de que, para Tomás de Aquino, Deus é ato puro (opondo-se às outras criaturas que são potência e ato), é o criador do Universo (portanto é o único ser por essência, ao contrário das outras criaturas que têm o ser por criação divina), é imóvel (colocando em movimento todas as outras coisas), é eterno (pois não pode começar a ser e deixar de ser, uma vez que é imóvel), é uno e bom.